



Número: **0601363-30.2022.6.06.0000**

Classe: **AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Corregedor Des. Raimundo Nonato Silva Santos**

Última distribuição : **29/08/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Inelegibilidade - Abuso do Poder Econômico ou Político, Abuso - De Poder Econômico, Abuso - De Poder Político/Autoridade**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
Coligação DO POVO, PELO POVO E PARA O POVO (REPRESENTANTE)	THIAGO ARAUJO MONTEZUMA (ADVOGADO) SARAH FEITOSA CAVALCANTE (ADVOGADO) FRANCISCO DIEGO POTE DE HOLANDA DO NASCIMENTO (ADVOGADO) JOAQUIM LUCIO MELO FREITAS (ADVOGADO) JOAO DE AGUIAR PUPO (ADVOGADO)
ELMANO DE FREITAS DA COSTA (REPRESENTADO)	
JADE AFONSO ROMERO (REPRESENTADA)	
CAMILO SOBREIRA DE SANTANA (REPRESENTADO)	WILKER MACEDO LIMA (ADVOGADO)
AUGUSTA BRITO DE PAULA (REPRESENTADA)	
JANAINA CARLA FARIAS (REPRESENTADA)	WILKER MACEDO LIMA (ADVOGADO)
MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO (REPRESENTADA)	
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19189 820	05/09/2022 12:56	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (11527) - Processo nº 0601363-30.2022.6.06.0000 - Fortaleza - CEARÁ

ORIGEM: Fortaleza

RELATOR: RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

REPRESENTANTE: COLIGAÇÃO DO POVO, PELO POVO E PARA O POVO

Advogados do(a) REPRESENTANTE: THIAGO ARAUJO MONTEZUMA - CE23667-A, SARAH FEITOSA CAVALCANTE - CE13493-A, FRANCISCO DIEGO POTE DE HOLANDA DO NASCIMENTO - CE28278-A, JOAQUIM LUCIO MELO FREITAS - CE18419-A, JOAO DE AGUIAR PUPO - CE12707-A

REPRESENTADO: ELMANO DE FREITAS DA COSTA, CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

REPRESENTADA: JADE AFONSO ROMERO, AUGUSTA BRITO DE PAULA, JANAINA CARLA FARIAS, MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO

Advogado do(a) REPRESENTADO: WILKER MACEDO LIMA - CE22542-A

Advogado do(a) REPRESENTADA: WILKER MACEDO LIMA - CE22542-A

DECISÃO

Trata-se de aditamento à exordial, requerido pela Coligação Majoritária “DO POVO, PELO POVO E PARA O POVO” (PDT, PSD, PSB, PMN, PATRIOTA, AGIR, PMB, DC e PSC), com pedido de extensão da tutela de urgência, com fulcro no art. 329, caput, I, do CPC e retirada do segredo de justiça.



Aduz a Coligação, em suma, que tem sido recorrente o abuso de poder político e econômico perpetrado pelos Investigados no âmbito dos municípios interioranos do Estado do Ceará, com utilização do mesmo modus operandi que fundamenta a causa de pedir da ação em tela.

Destaca que “a tese autoral não se limita às denúncias inerentes aos repasses de recursos de convênios aos municípios”, mas a benesses ofertadas aos prefeitos apoiadores, consubstanciadas em serviços, programas e obras, contratados e executados diretamente pelo Estado.

Relata que, após o protocolo da peça vestibular, constataram-se mais 05 (cinco) municípios que veicularam publicações de benesses recebidas pelo Estado, através das redes sociais dos respectivos Prefeitos, quais sejam, **Coreaú, Acopiara, Maranguape, Aracoiaba e Itapipoca** caracterizando-se a denunciada estratégia da associação triangular entre: a) lideranças políticas; b) benesses advindas do Estado do Ceará; e c) figura dos candidatos investigados.

Afirma que “faz-se de suma importância que a medida acautelatória de suspensão de celebração de novos convênios, aditivos, empenhos e repasses não fiquem adstritas aos municípios citados na exordial e no presente aditamento, mas que a medida acautelatória de urgência seja extensiva aos demais convênios vigentes com outros municípios, pois, neste momento, não se tem como angariar todo o acervo documental, de posse do Estado do Ceará”.

Ademais, afirma ser imprescindível “que medida acautelatória seja proferida para suspensão de ordens de serviços e pagamentos sobre aqueles contratos de pavimentação asfáltica, executados diretamente pelo Estado do Ceará através da respectiva empresa licitada/contratada, devendo-se suspender a execução de obras de nova pavimentação asfáltica, exceto os serviços de tapa buraco em rodovias estaduais.”

Assim, requer a extensão da tutela de urgência, para que sejam suspensos, até o 2º turno, se houver, os REPASSES financeiros, ADITIVOS de majoração e valor, EMPENHO de TODOS os convênios VIGENTES com os municípios (exceto os da saúde), cujos objetos sejam a construção ou reforma de prédios e equipamentos públicos, pavimentação asfáltica de ruas e estradas, pavimentação de vias sejam em intertravado, paralelepípedo, pedra tosca, ou piçarra, tudo com o desiderato de reestabelecer o equilíbrio de chances no âmbito do presente pleito eleitoral; as ORDENS DE SERVIÇOS, EMPENHOS e PAGAMENTOS de obras licitadas, contratadas e executadas diretamente pelo Estado, cujo objeto seja a construção ou reforma de prédios e equipamentos públicos, pavimentação asfáltica de ruas e estradas, pavimentação de vias sejam em intertravado, paralelepípedo ou pedra tosca.

Requer, também, que se determine ao Estado do Ceará, através da sua Procuradoria, que apresente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, informações sobre os valores de repasses de convênios efetivados pelo Estado aos Municípios, compreendendo o período consolidado de janeiro a dezembro de 2021, bem como dos repasses do valor mensal, de janeiro a agosto de 2022, e relação de municípios beneficiados com respectivos valores, pois somente assim, a justiça eleitoral poderá dispor cenário capaz de aferir, com maior precisão, o tamanho do impacto de recursos financeiros despendidos neste momento crítico, bem como, que se receba o presente aditamento à exordial, considerando que as partes não foram citadas em sua integralidade, ocasião em que se reiteram os pedidos de mérito postulados na peça vestibular.

Por fim, requer seja retirado o segredo de justiça, outrora requerido, tendo em vista não ter sido a medida de busca e apreensão deferida, mas sim a entrega dos documentos por parte da PGM, bem como por já ter ocorrido a citação das partes.

É o relatório.



Inicialmente, verifica-se a informação prestada pela Secretaria Judiciária, ID nº 19189021, que aponta o cumprimento da medida liminar de entrega de documentos por parte do Governo Estadual, afastando a incidência da medida de busca e apreensão e multa, razão pela qual entendo desnecessária a manutenção do segredo de justiça.

No mais, requer a Coligação Majoritária “DO POVO, PELO POVO E PARA O POVO” (PDT, PSD, PSB, PMN, PATRIOTA, AGIR, PMB, DC e PSC), o aditamento à petição inicial, com pedido de extensão da tutela de urgência, com fulcro no art. 329, caput, I, do CPC.

No que se refere aos aditamentos da inicial (ID nº 19186685 e 19188491), estabelece o Código de Processo Civil, no art. 329, caput, I, que:

Art. 329. O autor poderá:

I – até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu.

No caso em análise, consta dos autos certidão da Secretaria Judiciária (ID 19186585) com confirmação de recebimento das notificações dos representados Camilo Sobreira de Santana e Janaína Carla Faria, datada de 1º de setembro de 2022 (18:18:14).

Os pedidos de aditamento da inicial por parte da Coligação Majoritária “DO POVO, PELO POVO E PARA O POVO” (PDT, PSD, PSB, PMN, PATRIOTA, AGIR, PMB, DC e PSC) foram impetrados nas datas de 1º de setembro de 2022 (20:25:49) e 3 de setembro de 2022 (13:59:32), portanto, após a citação de parte dos Promovidos.

Desta feita, para que haja a admissibilidade dos aditamentos da inicial, imprescindível a anuência dos Promovidos.

Assim, com base no art. 329, do CPC, notifiquem-se os Promovidos para que, no prazo de 2 (dois) dias, ofereçam manifestação quanto ao consentimento dos aditamentos à inicial proposta pela Coligação Promovente.

Por fim, diante da documentação apresentada, determino que seja rigorosamente cumprido o art. 73, VI, “a”, da Lei 9.504/97, no que tange à **proibição de transferência de qualquer recurso do Estado do Ceará para os Municípios, ressalvados aqueles destinados a “cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública”**, até o segundo turno das Eleições, se houver.

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

VI - nos três meses que antecedem o pleito:



a) **realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios**, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

Ante o exposto, determino:

- a) o levantamento do segredo de justiça da presente AIJE;
- b) a notificação dos Promovidos para que, no prazo de 2 (dois) dias, ofereçam manifestação quanto ao consentimento dos aditamentos à inicial proposta pela Coligação Promovente, com base no art. 329, do CPC;
- c) a **proibição de transferência de qualquer recurso do Estado do Ceará para os Municípios**, ressalvados aqueles destinados a ***“cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública”***, até o segundo turno das Eleições, se houver, nos termos do art. 73, VI, “a”, da Lei 9.504/97.

Expedientes necessários, com a brevidade devida.

Fortaleza/CE, 5 de setembro de 2022.

Desembargador Raimundo Nonato Silva Santos

Corregedor Regional Eleitoral

